


**Perspectiva ético-ontoeπισtemológica e a contribuição da Filosofia da Práxis
para análise do ensino da Política Educacional***

**Perspectiva ético-ontoeπισtemológica y la contribución de la Filosofía de la
Praxis para análisis de la enseñanza de la Política Educativa**

**Ethico-ontoeπισtemological perspective and the contribution of the
Philosophy of Praxis to the analysis of Education Policy teaching**

Gregory Luis Rolim Rosa**

 <https://orcid.org/0000-0002-1545-5089>

Resumo: Neste artigo, aborda-se a importância da disciplina Política Educacional na formação de professores, destacando seu papel na preparação de futuros educadores para lidar com as demandas das políticas educacionais. Enfatiza-se a necessidade de uma abordagem crítica e propositiva na análise do ensino da Política Educacional. Para isso, o artigo explora as contribuições da ético-ontoeπισtemologia em correlação com a Filosofia da Práxis como perspectivas que podem fortalecer um ensino crítico e propositivo na formação de professores. Conclui-se que assumir a perspectiva da ético-ontoeπισtemologia alicerçada na Filosofia da Práxis pode contribuir para o desenvolvimento de uma formação inicial de professores mais crítica e comprometida com a transformação social.

Palavras-chave: Disciplina Política Educacional. Ético-ontoeπισtemologia. Filosofia da Práxis.

Resumen: En este artículo se aborda la importancia de la materia Política Educativa en la formación de profesores, destacando su papel en la preparación de futuros educadores para lidiar con las demandas de las políticas educativas. Se enfatiza la necesidad de un enfoque crítico y propositivo en el análisis de la enseñanza de la Política Educativa. Para ello, el artículo explora las contribuciones de la ético-ontoeπισtemología en correlación con la Filosofía de la Praxis como perspectivas que pueden fortalecer una enseñanza crítica y propositiva en la formación de profesores. Se concluye que asumir la perspectiva de la ético-ontoeπισtemología fundamentada en la Filosofía de la Praxis puede contribuir al desarrollo de la formación inicial de profesores más crítica y comprometida con la transformación social.

Palabras clave: Materia Política Educativa. Ético-ontoeπισtemología. Filosofía de la Praxis.

Abstract: In this article, it is discussed the importance of the Education Policy subject in teacher education, highlighting its role in preparing future educators to address the demands of education policies. It emphasizes the need for a critical and proactive approach in the analysis of Education Policy teaching. To

* Artigo derivado da Tese de Doutorado intitulada *A disciplina política educacional em cursos de pedagogia no Brasil*, que teve como objetivo analisar o espaço curricular e o papel da disciplina Política Educacional em Cursos de Pedagogia presencial, com foco em contextualizar historicamente a disciplina e seu papel na formação de pedagogos, caracterizando seu espaço curricular, e avaliando sua relevância na percepção dos professores (Rosa, 2023).

** Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Doutorado em Educação, Professor Adjunto do Instituto de Educação da FURG. E-mail: <rolimg7@gmail.com>.

do so, the article explores the contributions of ethical-ontoepistemology in correlation with the Philosophy of Praxis as perspectives that can strengthen a critical and proactive teaching approach in teacher education. It is concluded that adopting the perspective of ethical-ontoepistemology grounded in the Philosophy of Praxis can contribute to the development of a more critical and socially committed initial teacher education. **Keywords:** Educational Policy subject. Ethical-ontoepistemology. Philosophy of Praxis.

Introdução

A disciplina Política Educacional (PE) é um componente curricular obrigatório da formação inicial de professores. Ela tem como objetivo preparar os futuros professores para atuarem no contexto da educação brasileira e serem capazes de reconhecer, interpretar e atuar perante as demandas evidenciadas pelas políticas educacionais.

Caracterizada como um dos elementos necessários de análise para o avanço do campo da Política Educacional na América Latina, o ensino da PE têm sido objeto de análise em suas múltiplas dimensões. Destaca-se que o fomento de pesquisas sobre a temática tem influência direta de Redes de Pesquisa como a *Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa (ReLePe)*¹. As publicações dos pesquisadores dessa rede que apontam que, em sua maioria, as pesquisas se detêm às análises da estrutura curricular da disciplina, suscitando a necessidade de se ampliar as percepções sobre o objeto de estudo. Dentre as possibilidades e no âmbito epistemológico, Rosa (2023) considera as contribuições da Ético-ontoepistemologia como perspectiva para o ensino da PE, a qual possibilita compreender a natureza contraditória e dialética da realidade educacional.

A partir do entendimento de que a disciplina PE ocupa um espaço importante na formação política de docentes, dá materialidade para interpretar e agir na realidade educacional, a discussão proposta neste artigo busca discorrer sobre como a ético-ontoepistemologia atrelada aos pressupostos da Filosofia da Práxis pode dar elementos necessários para o fortalecimento de um ensino crítico e propositivo na formação inicial de professores.

A Ético-ontoepistemologia como perspectiva epistemológica

A concepção ético-ontoepistemológica apareceu pela primeira vez nos trabalhos da física-filósofa estadunidense Karen Barad, teórica feminista e criadora da teoria do realismo agencial². De acordo com Barad (2007), no processo de produção de conhecimento, há uma indissociabilidade relacional entre ética, ontologia e epistemologia que intra-ativamente coexistem.

A partir da perspectiva ético-ontoepistemológica de Barad, ao existirmos no mundo não podemos nos enxergar como meros espectadores passivos ou independentes de influências externas, “[...] nós não somos observadores externos do mundo, nem estamos simplesmente localizados em lugares do mundo; em vez disso, somos parte do mundo em sua contínua intra-atividade” (Barad, 2007, p. 128, tradução nossa). Como pesquisadores, ao assumirmos determinada perspectiva epistemológica e optarmos por quaisquer metodologias, realizamos e demarcamos um

¹ Nesse rol, destacam-se as pesquisas de Flach e Masson (2014), Mainardes, Stremel e Rosa (2017), Stremel e Mainardes (2015) e Rosa (2016, 2018, 2019, 2020, 2022, 2023).

² No Realismo Agencial, os fenômenos são resultados de inter-relações de um objeto e agências de mediação; assim, os fenômenos surgem das intervenções inter-relacionadas entre objeto e agente e não precedem desta relação (Barad, 2007).

posicionamento político, o qual é orientado por decisões éticas e, assim, nos tornamos eticamente responsáveis por tais escolhas, pelos sujeitos por ela afetados e pelo mundo (Barad, 2007).

Anna Stetsenko (2017, 2021a) propôs uma nova perspectiva para o conceito de ético-ontoepistemologia. Para ela, a ético-ontoepistemologia refere-se à unidade entre ser, saber e fazer. Mainardes (2022) explica esse movimento:

Em um primeiro momento, a autora começou a escrever sobre aspectos sociopolíticos e éticos da pesquisa como elementos inseparáveis das questões teórico-conceituais (Stetsenko, 2004, 2005; Stetsenko & Arievidtch, 2004). Em um segundo momento, passou a destacar a noção da visão de mundo transformadora e a postura ativista, tomando a ética como elemento central (Stetsenko, 2008, 2012, 2013). Finalmente, no livro *The transformative mind: expanding Vygotsky's approach to development and education* (Stetsenko, 2017b)³ e em outras publicações, a ético-ontoepistemologia aparece como temática central (Stetsenko, 2015, 2016, 2017a, 2018, 2019, 2021a, 2021b; Vianna & Stetsenko, 2014) (Mainardes, 2022, p. 6).

A perspectiva ético-ontoepistemológica, baseada no marxismo, assume que o saber-ser-fazer é um processo dialeticamente indissociável, uma ação com determinações e implicações políticas. A análise da realidade e a produção de conhecimento são realizadas a partir de objetivos e princípios éticos. É uma perspectiva cientificamente política, ética e ideológica, interessada em identificar contradições, erradicar e transformar o domínio científico que fortalece o *status quo*, sob a compreensão do conhecimento com senso de valor e direção (Stetsenko, 2019).

Essa perspectiva considera que, ontologicamente, o mundo não é apenas dado ou determinado como uma estrutura fixa e estática e que se desenvolve independente da ação do homem. Ao contrário, o mundo é visto em um processo dinâmico em constante mudança e em constante movimento, com homens transformando a si e ao mundo por meio de práticas colaborativas e representações da vida social.

Assim, o mundo é entendido como estando “em formação” e, além disso, não por si, mas em e na construção por pessoas, em outras palavras, como composto de práticas colaborativas para as quais todos os indivíduos, enquanto sujeitos sociais, contribuem. A realidade, portanto, é vista como um contexto de práticas sociais, determinado por meio de ações individualmente únicas que, ao mesmo tempo, são profundamente sociais. Uma suposição relacionada é que os seres humanos não preexistem nas práticas de transformação social para depois se juntar e se adaptar a elas. Em vez disso, os seres humanos são “sempre já” constituídos por práticas sociais que são formadoras de suas vidas e de seus desenvolvimentos, e essas práticas à medida que são realizadas e constantemente transformadas pelas próprias pessoas em suas próprias buscas e esforços (Stetsenko, 2015).

Em sua acepção epistemológica, a perspectiva ético-ontoepistemológica compreende o conhecimento e sua produção como contingente à ação humana, às suas práticas de transformação da realidade, sob a máxima marxiana de que, para conhecer o mundo, devemos transformá-lo. Essa máxima é ampliada ao destacar que, como a mudança é impossível sem uma orientação para o futuro, o compromisso com a destinação dos próprios projetos e buscas implica no processo de conhecer em todas as suas dimensões e expressões. Assim, o conhecimento depende totalmente de como nos posicionamos, frente a frente com relação às práticas sociais em curso e com suas estruturas e conflitos historicamente evoluídos (com base em nosso conhecimento dessas práticas e suas histórias) (Stetsenko, 2015).

³ Tradução possível em português: “A mente transformadora: expandindo a abordagem de Vygotsky sobre desenvolvimento e educação”.

O princípio ético faz-se justamente a partir do respeito e da coerência dos princípios ontológicos e epistemológicos, imperativos para ação e objetivos determinados que permeiam a ação do pesquisador que busca, por meio de sua pesquisa, a transformação da realidade. A ética elimina a lacuna existente entre a ontologia e a epistemologia, pois o ato de produzir conhecimento não se limita a interpretar o mundo, mas apreender e construir formas de transformá-lo; a produção de conhecimento exige compromisso ideológico, político e ético (Stetsenko, 2019).

Uma vez que a realidade é entendida como em constante transformação pelo homem, a pesquisa e a produção de conhecimento, a partir de uma perspectiva ético-ontoepistemológica, envolve princípios políticos, éticos e ideológicos, orientados para a transformação da realidade e o rompimento com práticas de manutenção do *status quo*, de determinações burguesas. Pesquisar é também transformar o próprio entendimento do pesquisador das noções de objetividade, realidade e subjetividade, permeados por princípios éticos ligados às nossas concepções de mundo, o que Anna Stetsenko define como Posicionamento Ativista Transformador (PAT) (Stetsenko, 2019).

O PAT fornece bases epistemológicas como um projeto ativo de intervenção no *status quo* ao mesmo tempo em que se concentra na criação de condições e fornece as ferramentas para a criação de futuros alternativos. De acordo com Stetsenko (2017, p. 327, tradução nossa), o PAT

[...] fornece uma base para superar o abismo tradicional que separa o desenvolvimento do ensino-aprendizagem e dos indivíduos da sociedade, história e cultura e, ao contrário, vê todos esses processos como representando facetas de uma mesma dinâmica contínua de engajamento colaborativo e contínuo (através da história) de envolvimento e ação com e no mundo.

O PAT sugere que os pesquisadores e os participantes sejam agentes de mudança colaborativos, ou ativistas, em vez de serem meros observadores ou intérpretes da realidade. A produção de conhecimento se caracteriza como práticas comunitárias de autocriação por meio da criação de um mundo incessante e integrado, e, assim, é:

- a) simultaneamente um resultado direto e contribuinte para as práticas comunitárias;
- b) entrelaçado a dimensões práticas, políticas e carregado de valor dessas práticas;
- c) incorpora essas práticas e seus ethos sociopolíticos no próprio tecido do conhecimento;
- d) implica direcionalidade – isto é, um compromisso explícito com a forma como a sociedade deve ser, como ingrediente essencial e inelutável;
- e) vai além dos limites da ciência como uma odisséia do pensamento purista, e, em vez disso, representa uma busca transformadora de formas radicalmente novas da vida social e do ser-saber-fazer (Mainardes, 2022; Stetsenko, 2019).

A produção de conhecimento a partir da perspectiva ético-ontoepistemológica proposta por Anna Stetsenko considera o alicerce em bases teóricas sólidas, inclui princípios políticos, éticos e ideológicos, voltados para a mudança da realidade e a ruptura com as práticas que mantêm o *status quo*. Conduzir uma pesquisa sob essa perspectiva implica que o ethos sociopolítico da investigação deve levar em conta condicionantes ontológicos e éticos, selecionando fundamentos epistemológicos que sejam consistentes com o objeto de estudo e aos seus limites.

Ético-ontoepistemologia e Filosofia da Práxis: categorias para análise da disciplina Política Educacional

Produzir pesquisa em Política Educacional, a partir desses pressupostos ético-ontoepistemológicos, suscita o entendimento dos objetos analisados como fenômenos contraditórios. Pertencentes, determinados e impactados pela lógica capitalista, os objetos da

Política Educacional são caracterizados pela correlação de forças presentes na sociedade do capital. Elaborados pelo Estado, ganham aspectos de mecanismos de reprodução da hegemonia; entretanto, considerando o antagonismo de classe característico do sistema do Capital, o movimento histórico-social da política pelos sujeitos pertencentes, pode ser convertido em mecanismo político de luta e transformação. Essa afirmação é fortalecida pela análise de Masson (2014, p. 213), ao considerar que “[...] uma política educacional só poderá ser apreendida se for analisada a sua historicidade, ou seja, em sua gênese e seu desenvolvimento histórico, pois ela vai assumindo diferentes características dependendo do contexto social e da particularidade histórica em que é analisada”.

Assim, ao tomar a disciplina PE como fenômeno da realidade capitalista e considerá-la como objeto de pesquisa, é preciso estarmos atentos aos processos que a constituem. Dessa forma, as categorias originárias do método marxiano possibilitam evidenciar os aspectos singulares do objeto, sua interdependência e correlação com a realidade. É uma proposta de análise que parte da ciência de que os fundamentos e os pressupostos adotados estão alicerçados em um olhar crítico do objeto e, da mesma forma, reconhece a necessidade de um suporte teórico-metodológico que possibilite a compreensão do objeto real e único e de seu posicionamento como pertencente à totalidade, superando suas abstrações fenomênicas. Reforçando em Kosik (1976, p. 20): “O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de destruir a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia”.

Enquanto método, alicerce metodológico para a reprodução intelectual da realidade, o método marxiano considera a atividade prática, objetivo do homem na qualidade de sujeito histórico. O trabalho com as categorias na produção de conhecimento, a partir da apropriação da realidade, proporcionam captar a essência, as contradições da realidade e considerar o objeto analisado como um fenômeno social presente em sua totalidade e influenciado por determinantes históricos (Frigotto, 1989).

Sobre as categorias do método marxiano, Rosa (2020, p. 6) afirma que,

[...] a partir da perspectiva epistemológica marxista a produção do conhecimento se realiza na prática do pesquisador, enquanto processo histórico e no aprofundamento dos fenômenos analisados, considera-se que nesse processo as categorias do método têm o papel de fixar os aspectos fundamentais do objeto, superando estágios de desenvolvimento, refletindo as particularidades de cada estágio da pesquisa.

Compreendidas como mecanismo de organização dos fatos a serem investigados, as categorias possibilitam demarcar o objeto de análise, garantindo rigor científico no processo de sistematização e consolidação da pesquisa. Como “fios condutores da investigação, da análise e da exposição”, as categorias são diferenciadas como categorias de método – àquelas próprias do materialismo histórico-dialético (totalidade, práxis, contradição e mediação) – e as categorias de conteúdo, consideradas fio condutor da análise, são os recortes particulares definidos a partir do objeto investigado e da finalidade da pesquisa, conferindo rigor, sentido e cientificidade à pesquisa (Kuenzer, 1998).

Considera-se, nesse sentido, a disciplina PE como um fenômeno do real estruturado e dialético e, como fenômeno, pode ser racionalmente apreendida. Na teorização marxiana, cada totalidade é uma totalidade parcial no conjunto da totalidade social; assim, a disciplina PE é entendida como reflexo do modelo de sociedade, de educação e de formação docente. Como objeto dinâmico, a disciplina PE ocupa um lugar na totalidade e se correlaciona com outros fenômenos do real; desse movimento, deve-se apreender suas relações com outras disciplinas, no

interior das instituições e dos cursos de formação de professores, identificando sua essência e suas contradições.

A partir do entendimento das transformações na sociedade brasileira, da alternância na ação do Estado na educação e na promoção de políticas educacionais que considerem seus objetivos enquanto organização, há a necessidade de se identificar e extrair da disciplina PE os aspectos de sua essência, as tendências em sua trajetória histórico-social. Esse movimento só pode ser apreendido a partir da categoria “contradição”. A categoria contradição permite captar o movimento entre a disciplina PE e as especificidades da formação de professores no Brasil, um contexto sociopolítico de disputa entre projetos antagônicos de sociedade que determinam as políticas educacionais, permitirá compreender a complexidade dessa disciplina em relação às determinações curriculares, legais e objetivos formativos derivados desse contexto social.

Apreende-se que, no processo de pesquisa e como ação humana histórica, o pesquisador modifica a realidade e constrói-se como sujeito social. A pesquisa e os processos investigativos e de análise, na compreensão marxiana, são constructos ativos, respostas filosóficas sobre a sociedade em que o homem e o mundo se constituem e renovam historicamente. De acordo com Rosa (2020, p. 11), esse movimento de investigação e análise considera um “[...] processo de correlação entre a atividade consciente e a prática social na ação material da produção de sua existência”. É necessário, ao analisar a disciplina PE, mediar os aspectos universais, singulares e particulares de sua concepção e considerar, enquanto objeto de pesquisa, que suas correlações não sejam isoladas da realidade, que, no processo de cisão com o todo, as suas relações com os demais fenômenos não sejam desconsideradas.

As categorias metodológicas da dialética marxianas são expressões do real e, por isso, fazem parte do processo de investigação, porém ciente da necessidade de se apreender a disciplina PE em sua complexidade histórica e de suas especificidades, considerando que, além desses aspectos, o objeto investigado precisa estar ontologicamente relacionado com o pesquisador.

A Filosofia da Práxis, fundamento teórico desta discussão, possui riqueza teórica e visa revelar os interesses, os mecanismos de exploração da burguesia inerentes ao seio social e conforme consolidados como interesse geral e coletivo. Possibilita a denúncia das capacidades da classe burguesa em manter seu poder hegemônico, distanciando-se de suas características meramente coercitivas e atuando no campo ideológico. De acordo com Flach (2020, p. 4), é imperativo que “[...] operar nessa perspectiva requer o envolvimento profundo do pesquisador com o objeto investigado, com os resultados obtidos e com a utilização de tais resultados para alterar a realidade pré-existente”.

Gramsci percebe na própria classe subalterna e em sua cultura particular e única os mecanismos necessários para a construção de uma nova hegemonia, uma cultura de massas que rompe com os processos de exploração para a construção de um contexto de sociabilidade justa e igualitária. Percebe, ainda, em cada sujeito, a força para transformação e considera que a história e a cultura são fios condutores para promoção de uma nova sociedade.

Assim, para apreender o pensamento de Gramsci e operar com as categorias de sua Filosofia da Práxis, urge a compreensão do seu contexto histórico e sociopolítico de atuação. Não é possível desvincular Gramsci ou, ainda, lê-lo e interpretá-lo, sob uma perspectiva ahistórica da dinâmica do real, das formações econômicas e sociais e da complexidade das relações entre os homens e as formas de produção material, do seu caráter ideológico, político e cultural determinados pela hegemonia burguesa.

O contexto de Gramsci é o de mudanças constantes nas relações materiais determinadas pelo modo de produção burguês, com a superação dos modelos artesanais pelo estabelecimento dos modelos industriais, das determinações em direção à consolidação da hegemonia por meio da tomada das funções diretivas, da economia, de uma superestrutura que se constrói sobre a base material e que passa a determinar as relações no âmbito da sociedade.

Ser, saber e fazer perpassaram toda a vida do pensador sardo. Gramsci foi ético em suas ações. Sua produção de conhecimento estava relacionada à sua concepção política e ideológica, sua atuação nos conselhos de fábrica, no Partido Socialista Italiano, suas contribuições ao *Il Grido del Popolo, Avanti*, como deputado pelo Partido Comunista Italiano e sua atuação diante da crise fascista na Itália. Rigorosamente, Gramsci teve em vista analisar essa nova forma de sociedade, suas características e transformações. Constatou que as mudanças não transcorriam apenas no âmbito das fábricas e no modelo de produção material. Delas, também surgiam novas formas e novos modos de vida, os quais são racionalizados e permeados por relações de coerção e a construção de consensos entre a classe subalterna por meio, por exemplo, de propaganda ideológica sobre benefícios dessa nova forma de estrutura econômica e social (Gramsci, 2008).

As possibilidades de interpretação do mundo e a identificação das mudanças no seio social, mudanças que fazem parte da realidade contemporânea do Estado capitalista, denotam a atualidade do pensamento e da teorização de Gramsci. Também, como teoria ativa, a produção ético-política de Gramsci rompe com o mero caráter contemplativo e interpretativo da realidade. Sua práxis contém características ativas, de atuação consciente para a superação do capitalismo.

Ao debruçar sua análise sobre a sociedade civil, lugar de disputa pela hegemonia, Gramsci revisita preceitos sobre a dinâmica do capitalismo para a manutenção do poder hegemônico pela burguesia. Identifica que as novas formas e as mudanças ocorridas nos processos produtivos acarretam alterações significativas na vida dos homens e nas formas de sociabilidade, determinando novos padrões culturais, políticos e morais. Também destaca que só é possível compreender a dinâmica da sociedade capitalista apreendendo as determinações políticas, sociais e culturais que definem os sujeitos, dito de outro modo, as generalizações consentidas na sociedade civil e asseguradas coercitivamente pela sociedade política, que caracterizam o Estado.

Vejamos, então, como a Filosofia da Práxis contribui para a análise da disciplina PE, como objeto de estudo e análise de e sobre políticas educacionais. Considerando que o objetivo é analisar o ensino da disciplina PE nos cursos formação de professores, de acordo com Flach (2020, p. 7), três pressupostos da Filosofia da Práxis são essenciais no processo de pesquisa no campo em questão: “a) Investigação da realidade social e política em sua complexidade histórica; b) Conhecimento e domínio de algumas categorias gramscianas e; c) Compromisso com o processo revolucionário”.

Em relação ao primeiro pressuposto, Flach (2020) aponta a necessidade de apreender o movimento, dinâmica da realidade, observando a indissociabilidade entre conhecimento e ação. Como afirma Gramsci (2015, p. 74), “[...] sem a consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções”, não é possível a superação dos problemas apresentados. É imprescindível, a partir desse aspecto, reconhecer e apreender a realidade no qual a disciplina PE está inserida. Ademais, é preciso considerar que essa disciplina é concebida em determinado contexto histórico, e as alterações em seus aspectos curriculares são decorrentes das intencionalidades que determinam a formação de professores no Brasil. Dessa forma, considerando a disciplina PE como objeto de pesquisa da Política Educacional, Flach (2020) afirma que, ao desenvolver pesquisa nesse campo, não é coerente isolar os acontecimentos das transformações contraditórias. Segundo a autora:

A compreensão da realidade torna-se, portanto, indispensável para qualquer tentativa de análise da complexidade que envolve as políticas educacionais. Por isso, aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos e, também, suas relações com a classe trabalhadora não podem ser desconsiderados em investigações com aporte na Filosofia da Práxis. O movimento que une a teoria com a realidade investigada e aponta para perspectivas transformadoras precisa ser constante, durante o processo investigativo (Flach, 2020, p. 8).

Entende-se que, para produzir conhecimento, nesse caso sobre a disciplina PE, demanda o conhecimento sobre o objeto e sobre a realidade investigada. Reconhecer a realidade é ter recursos necessários para a superação dos problemas e das contradições políticas que a constituem e impedem a superação dos mecanismos hegemônicos de domínio (Gramsci, 2015). Entretanto, aprender a realidade e o movimento complexo das contradições que a compõem e determinam os objetos da Política Educacional e a disciplina PE é algo que exige operar princípios teóricos coerentes e convergentes. Dessa forma, no segundo pressuposto da Filosofia da Práxis – essencial para o processo de pesquisa, o conhecimento e o domínio de categorias que auxiliem na pesquisa –, tornam-se imprescindíveis, para a análise da disciplina PE, as categorias Estado, hegemonia e Intelectuais.

Em sua constituição e dinâmica social, o Estado capitalista é permeado pela busca de consenso coletivo via disseminação do constructo ideológico burguês. Um Estado que age e não abandona os meios coercitivos instaurados pela sociedade política, mas, em convergência orgânica com a sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia, torna-se um Estado no qual as relações de produção e reprodução da vida material determinam as novas formas de relações sociais, assim como observado por Marx e Engels, mas que agora se complexifica, pois a sociedade civil torna-se mais forte. O Estado é o resultado de uma relação orgânica entre sociedade política e sociedade civil que visa a manutenção da hegemonia. É de extrema importância destacar que não há separação entre as duas esferas, apenas por questão de método são explicadas separadamente.

Estado, que é comumente entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) ... (deve ser visto) ... como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre [...] a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc. (Gramsci, 1987, p. 224).

Rosa (2019), ao analisar a disciplina PE junto à transformação do Estado brasileiro, aponta que essa disciplina inserida no projeto de educação do País é vista como um mecanismo de fomento e disseminação da hegemonia burguesa. Desde a sua concepção, como Estrutura e Funcionamento na década de 1970, o ensino de Política Educacional passou a abordar conteúdos inerentes à perspectiva vigente; nesse caso, condicionou o currículo da disciplina à proposta de um ensino ao caráter acrítico e jurídico normativo.

A tentativa de superação dessa concepção engessada de ensino ganhou força com a redemocratização do Estado brasileiro. Sob influência dos movimentos populares e de docentes por uma educação democrática, o ensino da PE se aproxima dos novos preceitos vistos como necessários para a educação da nova formação social, um ensino que proporcionasse a leitura crítica da sociedade brasileira, oferecendo aos pedagogos em formação a compreensão das transformações a partir das influências econômicas, culturais e sociais.

É evidente que a categoria Estado é imprescindível para a análise do ensino da PE, pois, sendo o responsável pelas mudanças nas determinações legais da educação, que influenciam nas propostas curriculares da disciplina PE, o Estado condiciona movimentos populares que se rebelam contra o seu caráter coercitivo, contra as propostas que não atendem as necessidades

formativas e de emancipação. Assim, é importante perceber o movimento do Estado e como suas transformações impactam na construção curricular da Disciplina, como a disputa pela hegemonia permeia as determinações do ensino da PE.

É importante destacar que a hegemonia em Gramsci (2015, 2017) é entendida como as ideias, a visão de mundo e o projeto político pelo domínio material e o controle ideológico para a direção intelectual da sociedade. Consolidada e mantida pela sociedade política, por meios coercitivos (poder jurídico, poder militar) e disseminada pelos aparelhos privados de hegemonia no âmbito da sociedade civil (escola, religiões, meios de comunicação), a disputa pela hegemonia permeia o seio social e está implícita e explicitamente expressa nas ações estatais e da classe subalterna que busca a superação do domínio burguês.

Retomando, a elaboração de políticas educacionais pelo Estado brasileiro e, como consequência, as formulações curriculares da disciplina PE sofrem impacto dos determinantes hegemônicos de seu contexto histórico. Tais processos, inerentes à educação escolar, como aparelho privado de hegemonia, visam a modelagem dos sujeitos ao consenso, estabelecendo parâmetros de formação do homem para a manutenção da ordem vigente. Isso poderá ser percebido na diversidade de nomenclaturas, no movimento de determinação de carga horária, nos conteúdos descritos nas ementas e nas obras escolhidas.

De acordo com Rosa (2019), tomar a disciplina PE e seu processo de ensino como objeto de pesquisa, ainda que seja um processo complexo, possibilita a apreensão do caráter hegemônico ou de construção de uma nova hegemonia por meio da formação crítica da PE, proporcionando aos docentes em formação a possibilidade de perceber as contradições presentes na educação. Com base nessas considerações e alicerçado na perspectiva gramsciana, na elaboração e difusão de uma nova cultura, faz-se necessária a ascensão das condições de senso comum, no alcance da consciência filosófica por meio de uma ação consciente, uma Filosofia da Práxis para a construção de um bloco histórico coeso. A Filosofia da Práxis em Gramsci deve ser entendida como a filosofia da classe subalterna, a sua compreensão de mundo, o elo entre teoria e prática das massas que se explicita de forma política.

Como um “produto e um devir histórico”, Gramsci (2015, p. 75) compreende o senso comum como “[...] a ‘filosofia dos não filósofos’, isto é, a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio”. Para o autor, o senso comum deve ser entendido como algo flexível, não determinado ou imutável, mas que continuamente se transforma e enriquece o conhecimento científico e filosófico de classe.

O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o “folclore” da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, conforme à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia (Gramsci, 2015, p. 89).

Na citação, Gramsci (2015) deixa claro que, como filosofia de mundo absorvida de forma acrítica, o senso comum torna-se característico das classes subalternas, o que condiciona e compele, de certo modo, a submissão de classe e o fortalecimento do domínio por parte da classe dominante, fato que se explica pelo caráter despolitizado e irreflexivo do senso comum. Entretanto, pondera Gramsci (2015) que, do caráter cultural e histórico do senso comum, emergem processos de consciência histórica autônoma, pois os sujeitos em oposição ou assentimento natural ao caráter servil, imposto e pertencente à classe subalterna, cria para si a sua própria representação da realidade, o que lhes permite a constituição de uma filosofia moral e intelectual única e essencial.

Dessa forma, a Filosofia da Práxis na análise do ensino da PE permite apreender como o conhecimento sobre a Política Educacional é construído nos cursos de formação de professores das Instituições de Ensino Superior brasileiras. Entende-se que as diretrizes desse conhecimento são pautadas pelo Estado e que, interessado em um determinado modelo de formação, condiciona a estrutura curricular da disciplina PE. Também, em um movimento dialético e caracterizado pela contradição, se considera que as categorias permitem enxergar as formas pelas quais a Disciplina corrobora ou não com a construção de uma perspectiva crítica sobre a Política Educacional.

Nesse processo, é imprescindível constatar a atuação dos docentes da disciplina PE. A partir do léxico gramsciano, é preciso considerar a categoria docente que opera a disciplina PE nos cursos de formação de professores como intelectuais orgânicos, pois, organicamente, dão consciência e homogeneidade em sua ação econômica, social e política e estabelecem a função de conexão e organização das classes para a manutenção ou construção de uma nova hegemonia (Gramsci, 2006; Liguori; Voza, 2017). De acordo com Simionatto (2011, p. 63):

O conceito de intelectual orgânico implica as relações dos grupos intelectuais com as classes fundamentais e a explicitação de suas funções técnicas. A concepção de organicidade é inerente à formação mesma das suas competências e das funções que desenvolvem no interior do modo de produção capitalista, inclusive o encaminhamento das lutas junto à classe a que está vinculado. Estar vinculado organicamente a uma classe não significa agir de fora, externamente, de maneira mecânica. Significa, sim, participar efetivamente de um projeto junto às classes fundamentais: burguesia ou proletariado.

O conhecimento tem um papel imprescindível nesse processo de manutenção e construção de uma nova hegemonia a partir da cultura da classe burguesa ou das massas. Para Gramsci (2015), o conhecimento é extremamente político, desenvolve-se por meio de relações de poder, imprimindo em seu contexto práticas comuns da sociedade de classes. Os espaços de produção de conhecimento são contextos de disputa pela hegemonia, a escola e seus processos de ensino e de aprendizagem, metodologias e organização curricular são determinados pelos princípios da classe dominante, formando os sujeitos necessários para a manutenção das relações de exploração.

O intelectual orgânico da classe burguesa agirá sob os pressupostos acríticos, consentirá às determinações impostas pelo Estado burguês e fará do processo educativo, no espaço da disciplina PE, um mecanismo de disseminação da hegemonia de classe, construindo um processo de consenso por parte dos discentes, impedindo questionamentos e optando por metodologias que rompam com qualquer projeto de emancipação humana e política. Em contrapartida, considerando o caráter contraditório da disciplina PE, o processo de formação crítica por parte de intelectuais orgânicos da classe subalterna como práxis, estará alicerçado na denúncia e na conscientização das massas sobre as relações de dominação hegemônica, determinadas pela classe dominante. A produção de conhecimento deverá promover a compreensão da história das lutas de classes e a valorização da ação das massas, como autoconhecimento, sendo o intelectual orgânico das massas o educador capaz de mediar, em um processo educativo, o ensino e a aproximação da classe subalterna aos pressupostos econômicos, políticos e ideológicos que determinam a formação social no capitalismo, presente de forma implícita na construção curricular da disciplina PE (Gramsci 2004, 2006).

A operação com as categorias Estado, Hegemonia, Filosofia da Práxis e Intelectuais possibilitarão apreender o papel da disciplina PE em sua totalidade no projeto de formação determinado pelo Estado e refletido formalmente nos cursos de formação de professores das instituições públicas brasileiras. As categorias contribuirão para o entendimento da complexidade da disciplina PE e como ela é impactada pelos determinantes econômicos, políticos e culturais do presente da sociedade capitalista, pois “[...] a materialidade da política educacional expressa o

resultado contraditório dos embates travados por diferentes sujeitos, seja na defesa de interesses individualistas ou coletivos” (Flach, 2020, p. 13).

Por fim, o processo de pesquisa da realidade social e política em sua complexidade histórica, o domínio e a operação das categorias aqui expressas devem considerar um dos pressupostos primordiais da Filosofia da Práxis e de todo materialismo histórico-dialético, o compromisso com o processo revolucionário. Aqui se encontra o princípio ético da perspectiva aqui assumida, pois a pesquisa não pode afastar-se do caráter propositivo de superação e transformação da realidade para a instauração de uma nova sociedade regida por princípios igualitários, de liberdade e justiça social.

Assumir os pressupostos da Filosofia da Práxis, como uma perspectiva ético-ontoepistemológica, é aderir à concepção de que a mera denúncia das contradições não é o bastante. A pesquisa precisa indicar novos caminhos para a superação dos modelos de poder representados na sociedade capitalista. Assim, a pesquisa sobre políticas educacionais e a análise do ensino da disciplina PE precisam ser críticas e explícitas, como projeto de luta e transformação, caracterizando-se como alternativa possível para a superação dos mecanismos acrílicos presentes na formação de pedagogos.

Ao analisar-se o valor ético-ontoepistemológico do referencial, contata-se que o conhecimento na perspectiva gramsciana pode ser entendido a partir de duas ópticas centrais. Em primeiro lugar, o conhecimento para Gramsci, em seu sentido filosófico e epistemológico, torna-se um espaço de disputa pela hegemonia; e, em segundo lugar, a partir desse aspecto, como ferramenta de domínio e direção de classe, o conhecimento torna-se um mecanismo de luta, de força material, utilizado ora para a consolidação da hegemonia e da estrutura de classe existente, ora para a construção de formas de superação do tipo de sociedade de exploração, para a construção de uma nova forma de hegemonia (Buci-Glucksmann, 1980).

Considerações finais

A perspectiva ético-ontoepistemológica é uma abordagem filosófica que busca articular os aspectos ontológicos, epistemológicos e éticos da produção de conhecimento. Ela é baseada na concepção de que o mundo é uma totalidade em constante movimento e transformação, e que o conhecimento é produzido a partir da ação humana sobre o mundo. Do ponto de vista ontológico, a perspectiva ético-ontoepistemológica assume que o mundo não é uma realidade dada, mas é construído pelas ações humanas. O conhecimento, portanto, não é uma representação objetiva do mundo, mas é uma construção social que reflete a perspectiva do sujeito que conhece.

Em seu aspecto epistemológico, a perspectiva assume que o conhecimento é produzido a partir da práxis, isto é, da ação humana sobre o mundo. O conhecimento não é uma construção *a priori*, mas é construído a partir da experiência e da reflexão sobre a experiência. No valor ético, a perspectiva assume que o conhecimento deve estar comprometido com a transformação social. O conhecimento não deve ser usado para reproduzir o *status quo*, mas deve ser usado para promover a justiça social.

A perspectiva ético-ontoepistemológica construída a partir do léxico gramsciano implica ao pesquisador uma visão ampla sobre o mundo, que contemple princípios sócio-políticos, econômicos e culturais, denunciando os processos de desumanização e alienação na sociedade capitalista. Desvinculada do caráter messiânico e idealista, desenvolve mecanismos reais de transformação, por meio de sua práxis filosófica, supõe que a produção de conhecimento seja efetiva e histórica, advenha da classe trabalhadora e desmascare as contradições presentes no seio

social. À luz da história, a perspectiva ético-ontoepistemológica é crítica, educativa e propositiva (Stetsenko, 2018, 2019).

A partir da Filosofia da Práxis, entende-se que um processo de formação crítica deve estar alicerçado na denúncia e na conscientização das massas sobre as relações de dominação hegemônica, determinadas pela classe dominante. A formação cultural e educacional deve promover a compreensão da história das lutas de classes e a valorização da ação das massas como autoconhecimento, sendo o intelectual orgânico das massas, o educador capaz de mediar, em um processo educativo, o ensino e a aproximação da classe subalterna aos pressupostos econômicos, políticos e ideológicos que determinam a formação social no capitalismo, proporcionando a transformação da realidade (Gramsci, 2004, 2006).

Dessa forma, analisar o ensino da disciplina Política Educacional em uma perspectiva crítica que considere os aspectos epistemológicos e ontológicos deve seguir princípios éticos que apreendam sua concepção histórica e organização curricular nos contextos determinados. Ao objetivar apreender como a disciplina se molda para atender as especificidades da formação de professores no Brasil, cabe assumir um compromisso ético-ontoepistemológico que parte do respeito aos pressupostos ideológicos, políticos, da concepção teórica assumida, bem como a ação ética e propositiva que vá além da interpretação do objeto.

Referência

BARAD, K. **Meeting the Universe halfway**: Quantum Physics and the entanglement of matter and meaning. London: Duke University Press, 2007.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Tradução: Angelina Peralva. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FLACH, S. F. O pensamento de Antonio Gramsci e as pesquisas sobre políticas educacionais. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 5, e2015219, p. 1-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.5.15219.009>

FLACH, S.; MASSON, G. A disciplina de política educacional em cursos de formação de professores. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 15, n. 33, p. 181-199, 2014. DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v16i33.2850>

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 69-89.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**. 3. ed. Tradução: Noênio Spínola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. v. 1. Tradução: Manuel Simões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 4. ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, A. **Americanismo e fordismo**. Tradução: Gabriel Bogossian. São Paulo: Hedra, 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 8. ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Maquiavel - notas sobre o Estado e a Política. 8. ed. Tradução: Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução: Célia Neves e Auderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, A. Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas do final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 55-92.

LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAINARDES, J. Contribuições da perspectiva ético-ontopistemológica para a pesquisa do campo da política educacional. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [s. l.], v. 30, n. 146, p. 3-21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.30.7436>

MAINARDES, J.; STREMEL, S.; ROSA, G. L. R. A pesquisa sobre a disciplina política educacional no Brasil: situação e perspectivas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 33, n. 2, p. 287-307, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol33n22017.71495>

MASSON, G. A importância dos fundamentos ontológicos nas pesquisas sobre políticas educacionais: contribuições do materialismo histórico-dialético. In: CUNHA, C. da.; SOUSA, J. V. de.; SILVA, M. A. da. (org.). **O método dialético na pesquisa em Educação**. Coleção Políticas Públicas de Educação. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 201-225.

ROSA, G. L. R. **A disciplina política educacional no curso de pedagogia e licenciaturas da Universidade Estadual de Ponta Grossa**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

ROSA, G. L. R. A disciplina política educacional: a relação com o objeto de estudo do campo e sua contribuição na formação do pesquisador em políticas educacionais. **Teoria e prática da educação**, Maringá, v. 21, p. 85-100, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4025/tpe.v21i2.45385>

ROSA, G. L. R. **Estrutura e funcionamento do ensino e política educacional**: análise do espaço das disciplinas na Universidade Estadual de Ponta Grossa e suas relações com o objeto de estudo da Política Educacional. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

ROSA, G. L. R. O marxismo como perspectiva epistemológica: considerações sobre o trabalho com as categorias metodológicas. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 5, e2016222, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.5.16222.013>

ROSA, G. L. R. As pesquisas sobre o ensino de política educacional no Brasil: revisão de literatura. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, p. 1-14, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.7.22093.013>

ROSA, G. L. R. **A disciplina política educacional em cursos de pedagogia no Brasil**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

STETSENKO, A. Theory for and as social practice of realizing the future: implications from a transformative activist stance. *In*: MARTIN, J.; SUGARMAN, J.; SLANEY, K. (org.). **The Wiley Handbook of theoretical and philosophical psychology**. New York: Wiley, 2015. p. 102-116.

STETSENKO, A. Putting the radical notion of equality in the service of disrupting inequality in education: research findings and conceptual advances on the infinity of human potential. **Review of Research in Education**, [s. l.], v. 41, p. 112-135, 2017. DOI: <https://doi.org/10.3102/0091732X16687524>

STETSENKO, A. Confronting biological reductionism from a social justice agenda: Transformative agency and activist stance. **Literacy Research: Theory, Method, & Practice**, [s. l.], n. 67, p. 44-63, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/2381336918787531>

STETSENKO, A. Hope, political imagination, and agency in Marx and beyond: explicating the transformative worldview and ethico-ontoepestemology. **Educational Philosophy and Theory**, [s. l.], v. 52, n. 7, p. 726-737, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/00131857.2019.1654373>

STETSENKO, A. Ético-ontoepestemologia ativista: Pesquisa e estudo de resistência. Tradução: Janete Bridon. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (org.). **Ética e pesquisa em educação: subsídios**. Volume 2. Rio de Janeiro: ANPEd, 2021a. p. 20-30.

STETSENKO, A. Scholarship in the context of a historic socioeconomic and political turmoil: Reassessing and taking stock of cultural-historical activity theory. **Mind, Culture and Activity**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 32-43, 2021b. DOI: <https://doi.org/10.1080/10749039.2021.1874419>

STREMEL, S.; MAINARDES, J. A disciplina Política Educacional em Cursos de Pedagogia no Brasil: primeiras aproximações. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 9, p. 137-155, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5380/jpe.v9i17/18.41885>

Recebido em 31/01/2024

Versão corrigida recebida em 27/05/2024

Aceito em 28/05/2024

Publicado online 11/06/2024